

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.923 - MG (2019/0301247-4)

**RELATOR** : MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
**RECORRENTE** : IZABELA LIO RIBEIRO  
**RECORRENTE** : DIEGO VITAL DE MOURA  
**ADVOGADO** : DANIEL BARROS DE OLIVEIRA GONDIM - MG179976  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido de medida liminar interposto em favor de **IZABELA LIO RIBEIRO** e **DIEGO VITAL DE MOURA**, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Consta dos autos que a defesa impetrou *habeas corpus* na origem alegando constrangimento ilegal em razão dos recorrentes terem prestado depoimentos perante a autoridade policial sem o devido respeito às garantias constitucionais. A Corte local denegou a ordem.

Nas razões do presente recurso, a defesa sustenta, em suma, que os recorrentes tiveram seus direitos constitucionais suprimidos pela autoridade policial nos depoimentos prestados no inquérito policial em que se apura a prática, por parte dos recorrentes, do crime previsto no art. 349-A do Código Penal. Afirma que os recorrentes foram ouvidos sem que soubessem que figuravam como investigados no inquérito, relatando os fatos sob terror psicológico e coação moral. Assim, deve ser reconhecida a nulidade desses depoimentos, os quais devem ser desentranhados dos autos.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para que cesse imediatamente o perigo à restrição de liberdade a que estão expostos os recorrentes, declarando-se nula e desentranhando-se a prova ilegal contida nos autos.

#### **É o relatório.**

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Ademais, não é recomendável o deferimento de liminar que se confunde com o mérito da pretensão formulada no *habeas corpus* (HC 306.389/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe de 14/10/2014; HC 306.666/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe de 13/1/2014).

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se, à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de primeira instância, informações - a serem prestadas por malote digital, preferencialmente - e a senha de acesso para consulta ao processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer. Cumpridas as diligências acima referenciadas, tornem-me conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS  
Relator

